

A ENCRUZILHADA DA REDEMOCRATIZAÇÃO: CONTAG, MST e o novo repertório de ação.

Teresa Mônica Maia de Carvalho¹

GT 01: História social da propriedade: Embates da luta pela terra no Estado Democrático de Direito

1. Resumo:

Esta pesquisa consiste em um estudo acerca de espaços diferenciados de organização e de reivindicação de direitos constituídos historicamente pelos trabalhadores rurais, tendo como foco de estudo agentes que atuaram realizando mediação política daqueles na década de 80. Optei por pesquisar respectivamente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Levei em conta que no período de redemocratização do país foi forjado um litígio que envolvia estas duas instituições no que concerne a representação dos trabalhadores rurais. Tendo em vista, a exemplo, o processo de expansão do movimento de oposição sindical que então tencionava e questionava as bases da CONTAG. Buscarei analisar a CONTAG durante sua crise de representatividade e como ela procurou reafirmar a sua legitimidade enquanto representante dos trabalhadores. Outrossim, buscarei compreender o processo de fortalecimento e expansão do repertório de ação do MST no novo cenário democrático.

2. Introdução

Pretendemos pesquisar as relações estabelecidas entre a CONTAG e o MST – colaboração e disputa – no cenário da redemocratização do país após a anistia em 1979 até 1990. O nosso interesse é procurar saber como se dá a representação dos trabalhadores rurais no sentido programático e da prática, em um contexto no qual tais atores se colocam frente um do outro na disputa por legitimidade, como colaboradores e/ou opositores. Essas relações podem ser compreendidas como numa configuração, utilizando aqui o conceito de Norbert Elias², se visualizarmos os atores interagindo dentro de um mesmo campo relacional, no qual poderemos perceber seus pontos de convergência e também de divergência.

Esse conceito de *configuração*, cunhado por Elias, propõe uma nova compreensão da sociedade através da reflexão acerca da forma como a sociedade é vista pelo indivíduo. Pois, conforme o autor, hegemonicamente essa visão é *reificante e egocêntrica*, ou seja, essa forma de análise faz com que vejamos o processo em que uma realidade humana ou social está posta como algo sem dinamismo, passando a apresentar a fixidez de um ser inorgânico, desta forma *coisificamos* a sociedade para estudá-la, e assim, segundo ele, somos impedidos de compreender a natureza dos problemas sociológicos.

O conceito apresentado pelo autor é um contraponto ao paradigma predominante. Ele permite a compreensão da relação entre os *objetos* ou os *indivíduos* como relações não estáticas, mas interdependentes e moldadas por situações específicas de interação, coerção etc. Para Elias, a compreensão das forças sociais que agem é fundamental para se ter um conhecimento mais seguro sobre elas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: teresamaia.op@gmail.com

²Cf. ELIAS, Norbert. *Introdução a Sociologia*, Lisboa: Edições70, 2008.

É importante destacar que, pelo fato de o autor se referir a temas por demais abrangentes – a compreensão da sociedade e o paradigma da sociologia como produtora de conhecimento – para a elas nos referirmos no tema aqui proposto, retomemos aquele seu conceito como ponto inicial de nosso estudo para compreender a CONTAG e o MST como atores em situação de diálogo e conflito em determinada configuração na qual também atuam outras forças sociais e agentes estatais. O que queremos ressaltar é que estes atores interagem a partir de um terreno onde estão dadas relações de poder, mas no qual também existe dependência recíproca entre eles.

No trabalho aqui proposto, o terreno em questão é o da representatividade dos trabalhadores rurais no período da redemocratização da sociedade brasileira.

Entendemos que a noção de representatividade refere várias dimensões que podem ser analisadas a fim de apontarmos maior ou menor grau de empoderamento da legitimidade atribuída ao representante de um grupo no processo em que o mesmo é instituído.

Hannah Arendt também pode ser mencionada por ter formulado reflexões acerca desse tema, valorizando e relacionando, no processo de experimentação da vida pública, aspectos da condição humana³ - como a pluralidade – e da prática política – como a representatividade.

Em obra publicada, *A condição humana* (1958), provocada pela preocupação com o futuro da humanidade após sua chegada ao mundo moderno, a autora se propõe fazer uma *reconsideração da condição humana* afim de “chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como evoluíra e se apresentava no instante em que foi suplantada pelo advento de uma era nova e desconhecida”.⁴

Ao se referir ao *exame da vida ativa*, Arendt atribui grande importância ao discurso e à política, sendo aquela condição imperativa para a prática desta última. Uma vez que, para ela, a ação humana só possui sentido na medida em que pode ser ela mesma discutida e comunicada. O *homem* ou *os homens*, caso estejam destituídos desta condição oferecida pela linguagem, perderiam também sua qualidade de ser político.

Segundo a autora, essa seria precisamente uma das ameaças do mundo moderno que mais a inquietava. Pois, a era nova de descobrimentos científicos e de manipulação da tecnologia, norteadas pelo anseio de tornar artificial a própria vida, levava ao *divórcio entre o conhecimento e o pensamento*, já que a linguagem das fórmulas científicas viria se tornando cada vez mais a única forma de comunicar tais avanços. O que também colocava sob ultimato a condição humana em sua essência.

O tema da autora é o *mundo público* e as capacidades políticas que condicionam a existência humana. Ele seria o espaço no qual os homens se relacionam para a construção da realidade, demonstrando, através de palavras e ações, quem são e quais são suas disposições. Já foi observado que a autora em sua obra pretendia “iluminar a importância do domínio político, resgatando-o da opacidade”, mas também buscava “refletir sobre o significado da ação política”.⁵

Assim, em sua reflexão sobre a ação política, a autora constrói uma arduosa teia na qual surgem outros temas e questões de interesse para o nosso estudo. Dentre eles, o já citado uso do discurso e da palavra que possibilita vivência do mundo público; a liberdade, não como coisa dada, mas como valor que requer construção e conservação

³ A autora irá designar três atividades humanas como fundamentais: o labor, o trabalho e a ação; e afirmará que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política,” mas identificando na ação a condição humana da pluralidade, que seria também a de toda a vida política. Cf. ARENDT, H. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009, p.15.

⁴ *Idem*, p. 14.

⁵ Elizabeth Young-Bruehl apud Celso Lafer (posfácio). In.: *Ibidem*, p.346.

do espaço público para emergir e ainda a relevância do agir em conjunto do qual, segundo a Arendt, nascerá o poder.

Mencionados esses pontos expostos pela autora no seu livro de 1958, notamos que há outro aspecto a ser estudado nos dois atores – a CONTAG e o MST – que é o tornar inteligível sua ação no mundo público, a que se refere Arendt, o mundo político no qual a entidade sindical e o movimento social constroem as bases de sua representatividade.

Sobre essa questão da inteligibilidade do discurso, podemos também recorrer ao pensamento de Habermas – autor que, como Arendt, combina inquietação social com preocupação epistemológica. Ao analisar a ação dos atores, Habermas irá conferir função preponderante à teoria. Segundo o clássico, esta deve juntar-se em *fecunda simbiose* com a ação prática, servindo-lhe como orientação para evitar precipitar-se no *mero ativismo*.⁶ Pois, para o pensador alemão, o ativismo se diferencia da práxis política, no sentido de que seu exercício “implica (aos atores) arriscar-se em saltos no vazio sem conhecer as possíveis consequências” de seus passos.⁷

Habermas se assemelha a Hannah Arendt no que se refere às trajetórias dos seus pensamentos, já que ambos partem inicialmente de conceitos filosóficos. No caso do primeiro, de conceitos basilares da filosofia da consciência para construir um paradigma que venha a subsidiar a noção de ação comunicativa. Como explica A. Welmer, na teoria habermesiana, há “um projeto de uma teoria crítica da sociedade desde o marco conceitual da filosofia da consciência, adaptada a um modelo sujeito-objeto do conhecimento e da ação, no marco conceitual da teoria da linguagem e da ação comunicativa”.⁸

Na obra *Para a reconstrução do materialismo histórico*, publicada 1976, o autor já irá expressar essa alteração de paradigma na análise do processo de auto-regulamentação do sistema social, migrando das categorias marxistas para “supostos comunicativos e imperativos funcionais”. Podemos notar esta tendência sintetizada no seguinte trecho:

Enquanto Marx localizou os processos de aprendizagem evolutivamente relevantes (na medida em que encaminham as ondas de desenvolvimento das épocas) na dimensão do pensamento objetivante, do saber técnico e organizativo, do agir instrumental e estratégico – em suma, das forças produtivas -, emergiram nesse meio-tempo boas razões para justificar a hipótese de que também a dimensão da convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, têm lugar processos de aprendizagem que se traduzem em formas cada vez mais maduras de integração social, em novas relações de produções, que são as únicas a tornar possível, por sua vez, o emprego de novas forças produtivas. Uma posição importante para a estratégia teórica chega assim a tocar as estruturas de racionalidade, que encontram expressão nas imagens de mundo, nas ideias morais e nas formações de identidade; que têm eficácia prática nos movimentos sociais e que, por fim, se materializam em sistemas de instituições.⁹

⁶ Observei a introdução de Velasco Arroyo no texto do professor Raimundo Santos: “Relembrando o PCB nos nossos tempos”. In.: Revista de Política e Cultura. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2012, n 32.

⁷ VELASCO ARROYO, Juan Carlos. Orientar la acción, la significación política de la obra de Habermas (introducción). In.: HABERMAS, Jürgen. *La inclusión Del outro. Estudios de teoría política*. Barcelona: Paiadós, 1999, p.12.

⁸ WELMER apud *Idem*, p.12.

⁹ HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990, p. 14-15.

Dessa forma, percebo que, ao aludir à importância do processo de aprendizagem potencializado em momentos de transformação e/ou crise, Habermas nos fornece subsídios que ajudam a embasar o estudo acerca dos encaminhamentos dados pela CONTAG visando a resolução do dissídio de legitimidade vivido no período da transição democrática no país nos anos 80.

Há outro conceito que nos possibilita uma abertura analítica. Trata-se da noção apresentada, na mesma obra, de *dinâmica de desenvolvimento*, caracterizada por uma mutação das estruturas diante dos desafios evolutivos representados por problemas sistêmicos não resolvidos eficazmente, sendo o processo de aprendizagem e de diálogo uma resposta possível e viável para superação do problema.

A reflexão de Habermas sugere ver como o cenário vivenciado pelo país ao final do governo militar ditatorial recolocou grandes problemas ao sindicalismo rural, sobretudo à CONTAG que se dedicou por algum tempo a buscar soluções. No entanto, o desafio que estava posto diante da entidade exigia uma reestruturação profunda sua prática, vale dizer, repertório de ação.

Em texto recente, Luiz Werneck Vianna se refere ao conceito de repertório. Percebemos que este tema precisa ser incorporado ao nosso estudo, pois ele também permite-nos acercar à questão da legitimidade da representação dos trabalhadores rurais e da perda da legitimidade da CONTAG. Vianna assim define repertório: “os repertórios constituem um conjunto articulado de conhecimentos e de práticas, selecionados pela experiência, que se tornam dominantes quando amplamente compartilhados”.¹⁰

É preciso mencionar ainda um estudo que nos estimula no que diz respeito a esse tema dos atores: *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*, de Lygia Sigaud. Ao equacionar a questão que pretende investigar, a autora também mobilizou o conceito de repertório de ação para analisar a mudança de comportamento dos líderes sindicais pernambucanos no que se refere a demandas, forma de luta e o MST como um possível ator influente na orientação da interpelação dos sindicatos rurais. Sigaud coloca a questão e formula perguntas de interesse para o nosso estudo:

Os sindicalistas da zona canavieira, desde os anos 1960, haviam feito das lutas por direitos trabalhistas, pela via da regulação jurídica, a prioridade máxima de seus enfrentamentos com os patrões. A partir de 1979 começaram também a mobilizar os trabalhadores para exigir aumentos salariais e contratos coletivos de trabalho, por meio de greves. Certo que a *reforma agrária* sempre foi bandeira de luta dos STRs e da FETAPE, assim como da CONTAG, à qual a FETAPE é filiada, mas só em meados da década de 1990 passaram a organizar de forma sistemática os trabalhadores para ocupar engenhos e exigir sua desapropriação. Como entender essa inflexão em sua política em relação aos patrões e aos trabalhadores? Estaria ela relacionada à chegada em Pernambuco de militantes do MST procedentes do Sul do país e à sua atuação junto aos trabalhadores rurais, sobre os quais o movimento sindical sempre tivera hegemonia incontestada?¹¹

Voltemos ao tema do repertório nos dois últimos autores – Werneck Vianna e Sigaud – nos quais o repertório tem sua definição calcada nos princípios de legitimidade e de eficácia. E assim, analisando a atuação do MST, Lygia Sigaud afirma que a *forma acampamento* foi incluída no repertório dos atores da região porque foi “difundida com

¹⁰ VIANNA, Luiz Werneck. *Problemas de repertório, o Barcelona e nós*. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 11 de janeiro de 2012.

¹¹ SIGAUD, Lygia. *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. In.: *Novos Estudos*, nº 58, novembro de 2000, p. 74-75.

a colaboração dos sindicalistas, uma afirmação simbólica cujos significados eram compartilhados pelos diferentes indivíduos envolvidos nos acampamentos e por isso mesmo eficaz”.¹²

Suponho, em uma primeira reflexão, que o processo de transformação da entidade – a CONTAG – visando a superação do problema da crise de representatividade que afligia suas bases de legitimidade, pode ser visto como um processo de interação e aprendizado entre os atores com base nos repertórios de ação utilizados pelas duas associações. Essa perspectiva sugere que os protagonistas do nosso interesse – a CONTAG e o MST – encontravam-se em constante diálogo no mundo público, construindo entre eles discursos e práticas, mas também levando em conta a conjuntura nacional e as outras forças sociais que atuavam na época.

Assim, se partimos dessa perspectiva, ousaria dizer que o momento histórico forneceu a esses dois atores a oportunidade de agir em constante interação, produzindo conhecimento, discurso e ações de forma distinta do que o fariam se estivessem isolados. Mesmo estando em disputa, serviram-se um ao outro como estímulos que redirecionaram suas intervenções na esfera pública, sendo sua revitalização, no caso da CONTAG, e surgimento e consolidação, no caso do MST. O resultado desta interação é bem diferenciado no que se refere aos repertórios por eles antes utilizados. Compreendo aqui que o repertório, o discurso e as práticas em geral são originados na ação social e política no contexto no qual se situam os atores, ação esta que exige fundamentalmente a existência de interlocutores.

O meu interesse é também perceber se o repertório do MST, que surge neste período e se afirma eficaz e legítimo, até os dias atuais, é produto apenas do esforço militante do movimento, ou se do fluxo social e criativo que circulou por uma rede discursiva, sendo esta, por sua vez, produto de uma mudança na *configuração social* favorecida por uma série de condições político-sociais, como a longa transição democrática do país. Tais como a ativação da sociedade civil, o movimento de oposição sindical, a crise de representatividade da CONTAG, o enfraquecimento do PCB como força política e a difusão de novos valores democráticos, a urgência da reforma agrária e a possível radicalização da pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais.

3. Mediadores políticos e os repertórios de ação em disputa

Ao realizarmos nos dias atuais uma pesquisa acerca da CONTAG e do MST e sua atuação na década 1980, pretendemos valorizar as contribuições que esses grupos, com sua atuação, forneceram ao período de transição democrática vivido no país durante a citada década.

Acredito que o cenário da redemocratização possibilitou a esses protagonistas a criação de repertórios de ação importantes na conquista de direitos sociais e políticos para os trabalhadores rurais. Todavia, parto da perspectiva que esse fluxo criativo é componente inerente da história podendo repetir-se diante de transformações vividas também em épocas posteriores. Assim, esse trabalho de pesquisa busca proporcionar reflexões que possam possibilitar a percepção da importância da continuidade da atuação desses protagonistas – CONTAG e MST – em anos posteriores ao período estudado, ambicionando auxiliar na percepção de como adaptações feitas na forma de ação ou no repertório dos mesmos, diante de mudanças sistêmicas, podem ter potencializado e/ou continuar potencializando a promoção da democratização social e política do país, primordialmente hoje no que se refere à reivindicação de políticas públicas.

¹² *Idem*, p. 91.

Para tanto, a fim de demonstrarmos a presença constante de momentos históricos caracterizados por mudanças estruturais na organização do país que resultaram também em disputas acerca da representação dos trabalhadores rurais, acredito ser importante reconstruirmos a história das suas mobilizações.

Acerca dos antecedentes da organização dos trabalhadores rurais, sabemos que a partir da década de 1930 há um esforço em incentivar um processo de transformação no Estado brasileiro caracterizado pelo aspecto modernizador.¹³ Supunha-se que tal modernização poderia por em questão o futuro do camponês (posseiro, arrendatário, agricultor familiar etc.) como tal, diante da iminente urbanização e logo da sua transformação em *assalariado*.

Em reação ao cenário que se fazia anunciar, sobremaneira a partir dos anos 50, há uma crescente expansão das mobilizações em áreas rurais visando à conquista de direitos, entre estes movimentos podemos citar, dois dos mais representativos mediadores por sua repercussão nacional e pela disputa travada entre estes acerca da representação dos trabalhadores, as Ligas camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs).

Segundo Bastos (1984), as Ligas se caracterizam por serem movimentos oriundos de grupos que obtiveram experiências com o processo de transformação da sociedade brasileira que se combinava a alterações na vida cotidiana, sendo assim uma expressão da sua capacidade de reagir no momento histórico às mudanças sentidas em naquele momento. No mesmo estudo a autora, ao dedicar-se à análise dos mediadores políticos, discorre sobre a ação de grupos externos no *mundo dos camponeses* como mediadores nos conflitos facilitaram o acesso dos trabalhadores à informação, favorecendo a politização do grupo, assim como das pautas reivindicatórias e auxiliando na construção da sua identidade política.

Vamos chamar atenção neste estudo para a presença, sobretudo, dos dois mediadores já citados que possuíam princípios de atuação distintos. Estes em certo momento irão disputar a hegemonia do movimento devido as emergentes discrepâncias nos seus respectivos repertórios. Principalmente devido a dois pontos de discordância que interpelavam as bases teóricas do PCB. Já que, segundo Julião, seria possível neste momento pular as etapas previstas pelos teóricos russos e partir direto para a revolução socialista; postura essa claramente discordante da que o PCB havia estabelecido como diretriz. Assim como, também, havia desacordo no que dizia respeito a ideia de aliança operária-camponesa.

Principalmente a segunda questão, torna visível a contraposição entre sindicatos e Ligas. Essa discrepância será acentuada pelo fato de Julião apontar a realização de uma Reforma agrária radical como a principal demanda do movimento, subordinando as demais reivindicações, como aumento de salários, direitos trabalhistas etc; menosprezando também a colaboração do proletariado rural e do PCB neste processo.

A época a controvérsia se fortalece e em 1962, um ano após o Congresso de Belo Horizonte¹⁴, Giocondo Dias publicará o artigo nomeado *Francisco Julião, os*

¹³ A perspectiva dos dirigentes políticos do país à época, advindos em grande parte da elite agrária não-exportadora, era impulsionar o desenvolvimento nacional. No entanto, analisando a singularidade do processo de modernização do Estado brasileiro, no que concerne ao mundo rural, percebemos que a concentração da posse da terra e a garantia do *exclusivo oligárquico* não foram suprimidas. No entanto, esta modernização influenciou as relações de trabalho no campo. VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 139.

¹⁴ Realizado em novembro de 1961, o Congresso de Belo Horizonte ou I Congresso Camponês, contou com a participação de cerca de 1600 delegados eleitos. A metodologia do Congresso previa a criação de comissões para debates de temas importantes ao movimento, a comissão II, a da Reforma agrária, contou com presenças ilustres como Julião e Giocondo Dias, além de outros dirigentes do PDB. Essa foi a

comunistas e a revolução brasileira, no qual fará uma crítica a postura do líder das Ligas. No entanto, em entrevista dada em 1979, Giocondo Dias pondera a condição de opositor na qual Julião foi colocado e afirma “[...]eu fui obrigado a escrever um artigo polemizando com o Julião para colocar os pingos nos is. Mas Julião foi um aliado. Relendo hoje o artigo, acho que muita coisa eu não diria, mais...”¹⁵.

A posição amistosa de Giocondo Dias em relação à Julião, quase vinte anos depois da polêmica que envolvia PCB e as Ligas Camponesas na disputa pela representatividade do movimento camponês da época, reforça a hipótese da compreensão de que a interação dos atores, em períodos específicos no quais estão dadas disputas por representatividade é, antes de ser uma relação de clara de oposição, uma oportunidade de intercâmbio de formas de ação, gerada por um conflito transitório, entre os atores.

O I Congresso Camponês se constitui como marco deste período de intensa mobilização política e, como já podemos perceber até o começo da década de 1960 os comunistas e as Ligas Camponesas eram os principais protagonistas. Entretanto, após esse evento político marcante o debate se expandirá convocando novos atores e tornando emergente a necessidade de institucionalização dos sindicatos rurais.

Este cenário obrigará o Estado a buscar conduzir o processo, até então dirigido pelos mediadores. Assim, em 1963, ocorrerá a aprovação da lei que implementa o Estatuto do Trabalhador Rural. Ao retomar os plenos poderes como presidente da República, Goulart se dedicará à realização das já anunciadas *reformas de base*, dentre estas, a Reforma Agrária. O presidente, segundo o Costa¹⁶, entendia a relevância da organização dos trabalhadores rurais para possibilitar a realização desta reforma, visando favorecê-la, criará a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), um setor responsável especificamente por estabelecer as diretrizes da sindicalização rural, ligado administrativamente a Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

Nesse contexto, onde finalmente se cria as bases institucionais do sindicalismo rural, abre-se um novo período que ficou caracterizado novamente pelas disputas de forças políticas pela direção do movimento camponês e pela representação dos trabalhadores rurais, dentre estas forças o autor destaca a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil (ULTAB) – sob forte influência da orientação comunista que havia ainda na década de 1950 incentivado sua criação –, a SUPRA e as associações rurais e as Irmandades Católicas, como: a Ação Popular (AP), os círculos operários, o clero reacionário e a Frente Agrária.

Na análise do autor, há um afastamento do partido comunista dessas mobilizações por algum tempo, o que resultou num avanço da Igreja Católica. Ele observa que os comunistas ao perceberem o equívoco, retomam os investimentos nos

comissão que mais repercutiu no cenário posto, pois ela também formulou a Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas sobre o caráter da Reforma agrária, um dos principais documentos do Congresso. A proposta de reforma agrária radical incluía “a transformação da estrutura agrária, a desapropriação dos latifúndios e a posse do uso da terra pelos que nela desejassem trabalhar. Reivindica ainda direito de organização dos trabalhadores rurais e a modificação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, no sentido de permitir as desapropriações por interesse social mediante indenização em títulos públicos.” COSTA, Luiz. Flávio Carvalho. *O congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

¹⁵ Giocondo Alves dias, entrevista realizada por Luiz Flávio Carvalho Costa, em 1979 APUD COSTA, 1996, p. 86.

¹⁶ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1996.

grupos camponeses e ao mesmo tempo atuaram no processo de sindicalização rural. Há um forte ambiente de disputa se estabelecerá no movimento social do campo.

A Igreja Católica percebe que o PCB passou a investir no avanço da mobilização pelo o reconhecimento e expansão dos sindicatos sob seu comando. Avaliando que corria o grande risco de perder o *rebanho*, a Igreja tenta em julho de 1963 – durante a Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais – fundar uma confederação. A tentativa irá se repetir em novembro de 1963, mas não terá êxito novamente. Diante dessas sucessivas tentativas, o Ministério do Trabalho e a CONSIR organizam a assembleia de fundação da CONTAG, em dezembro de 1963.

Das 42 federações então existentes, 21 delas tinham orientação comunista estando desta forma garantida a maioria em números ao PCB. No entanto, a AP, vertente importante da expedição da Igreja entre os trabalhadores rurais, percebendo esse desequilíbrio, pressionou para que se chegasse a um acordo. Para tanto, ficou estabelecido que participassem da assembleia apenas as federações já reconhecidas pelo Ministério do Trabalho ou as que estavam em processo de reconhecimento.

Neste momento, feito o acordo entre as federações, elas tornaram-se numericamente equivalentes. Assim a primeira direção da CONTAG será resultado de outro acordo, entre a AP e o PCB, que em uma aliança tácita, excluíram as Ligas Camponesas da direção. Os conflitos entre os comunistas e católicos pela representação dos trabalhadores rurais migrará da esfera pública para a esfera da direção da entidade.

Por conseguinte, fundada a CONTAG, foi também estabelecida sua difícil tarefa de representar na esfera pública do Estado e da sociedade civil uma grande diversidade de categorias, notadamente portadoras de uma gama de especificidades, mas incluídas na categoria genérica de *trabalhadores rurais*. Devido a este dever a cumprir, a confederação se tornou uma referência nacional no que diz respeito à reivindicação de direitos dos trabalhadores rurais e também quanto à questão agrária brasileira.

A organização dos trabalhadores rurais se fortalece até 1964, quando é instaurado no país, através de um golpe de Estado, a Ditadura Militar¹⁷. Haverá uma intervenção imediata na direção da CONTAG, substituída por uma Junta Governativa. Mas, a política do Governo Militar quanto aos sindicatos será implementada principalmente na década de 1970, essa visava estruturar nesses espaços serviços de assistência aos trabalhadores através do programa de Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL)¹⁸, buscando converter a funcionalidade dos STRs.

Não podemos negligenciar o importante trabalho de mediação realizado pela confederação na esfera pública neste período de exceção de direitos, é relevante destacar inclusive a expansão do número de sindicatos e federações. Sobremaneira, a atuação da CONTAG no período da Ditadura não pode ser desqualificada, pelo trabalho realizado de registros, de denúncias e etc. A ação deste mediador político subsidiou a composição de uma memória da época e garantiu mesmo que de forma restringida a organização política dos trabalhadores rurais.

¹⁷ Para Werneck Vianna, o Golpe Militar de 1964 consiste na segunda experiência de *Revolução Passiva* ou *pelo alto* vivenciada no país, sendo a primeira o Golpe de 1930. Segundo o autor, estes dois eventos são característicos da forma como a *Revolução Burguesa* ocorreu no Brasil, sendo esta uma *revolução autocrática e de longa duração*. Ver VIANNA, Luiz. Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil* (1976) e *A Revolução Passiva* (1997).

¹⁸ Cf. O FUNRURAL tinha por função garantir benefícios de previdência social aos trabalhadores rurais, como aposentadoria. E através dos sindicatos, também possibilitava assistência médica e odontológica aos trabalhadores. MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

4. A encruzilhada da Redemocratização: a atuação da CONTAG e do MST na década de 1980.

Já no período da Redemocratização serão abertas novas possibilidades à Sociedade Civil brasileira, e neste cenário de transformações a questão da representação dos trabalhadores rurais novamente estará posta em disputa. Agora, além dos emergentes valores democráticos que povoam o imaginário brasileiro da época irão surgir atores novíssimos que farão frente à CONTAG, questionando sua legitimidade. É exatamente a este último conflito, ocorrido no decênio que se estende de 1979 a 1989, que irei dedicar minha atenção neste trabalho de pesquisa.

A configuração posta por esse processo afirmava a Sociedade Civil como redentora e buscava-se construir um Estado que valorizasse a participação e o espírito cívico. Segundo Lahuerta, as novas organizações surgidas, fossem elas centros de pesquisa, movimentos sociais ou partidos políticos, vinham “definindo uma visão da história que tem os trabalhadores no cerne de suas preocupações, que se apresenta em oposição radical à tradição varguista e pretende estar num lugar à esquerda, tanto em relação à interpretação cepalina quanto à do Partido comunista, ao se colocar diante dos fatos”¹⁹.

Em 1985, o cenário de fortalecimento dos movimentos de resistência, impulsiona há a composição de uma frente democrática para a disputa da eleição presidencial no Colégio eleitoral da qual saíra vencedora – as principais forças que compoñham essa frente eram: PCB e MDB. Desta forma, o Governo Militar irá findar-se com a eleição do Governador de Minas Gerais, Tacredo Neves²⁰.

Para Martins (1983), à medida que o PCB buscava impulsionar uma política de frente única democrática com a consolidação de uma aliança entre a burguesia e os operários na esfera conjuntural, havia descuidado da tarefa de organização do campesinato, reduzindo assim sua influência nos movimentos de trabalhadores rurais. Há de se ligar a este contexto a crise de representatividade vivida pela CONTAG, que continua a receber críticas quanto à forma de organização do movimento sindical e também quanto a sua legitimidade como representante dos trabalhadores rurais.

A atuação da CONTAG durante a ditadura era acusada de *peleguismo* pelos movimentos sociais do período da redemocratização. Os críticos entendiam sua ação meramente *legalista*, devido à limitação na forma de encaminhamento dado pela entidade às denúncias de violação dos direitos dos trabalhadores rurais, no qual a confederação recorria principalmente ao amparo jurídico fornecido pelo Estatuto do Trabalhador Rural e pelo Estatuto da Terra.

A crítica se dirige desta forma ao *repertório de ação* utilizado pela entidade no encaminhamento das reivindicações. Sendo a análise desse repertório em reflexão inicial ponto chave para compreender a crise de representatividade vivida pela CONTAG.

Alternativamente, a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, sobremaneira após 1980, marca, segundo Raimundo Santos, a refundação da práxis agrária católica baseada numa atribuída identificação com as dificuldades que afligia os

¹⁹ LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e resistência democrática*. In.: Cadernos AEL, n 14-15. IFCH, Unicamp, 2001, p. 21-22

²⁰ O Presidente eleito não chegará a assumir o cargo por ter adoecido, no dia 14 de março de 1985, data véspera da posse, a doença irá agravar-se levando-o à morte em 21 de abril do mesmo ano. Seu vice, José Sarney, que havia assumido o cargo interinamente, torna-se então presidente.

camponeses na época²¹. Esse movimento de origem religiosa foi fortalecido e criou as bases do que será reconhecido posteriormente como *novo sindicalismo*²². Desse processo irá resultar a criação de outra central sindical, nomeada a Central Única dos Trabalhadores (CUT)²³, fundada em 1983.

Será por esta práxis católica que o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) interpelará os camponeses. Pois, no mesmo período, onde se percebe a crise de representatividade da COTNAG, surgirá o MST, tendo sido formalmente fundado 1984. Este movimento é marcado pela forte influência e presença de setores progressistas da Igreja Católica, como a CPT, chamando atenção por apresentar um novo e radicalizado repertório de ação.

Em primeiro momento desta crise a confederação irá buscar mostrar-se sensível quanto à possibilidade de flexibilizar sua estrutura a fim de responder positivamente as críticas, indicando isso em seu III Congresso, realizados em 1979. Porém, em seguida, irá retomar a defesa da legitimidade da representação dos trabalhadores rurais para si, assim como o seu modelo de atuação.

Em oposição, o MST realizará de forma contundente a exigência incondicional da Reforma Agrária distributiva, conquistará ampla visibilidade na esfera pública, se afirmando como *novo* mediador das demandas dos trabalhadores rurais. O surgimento deste movimento introduz um repertório diferente de *luta* quando comparada a forma institucionalizada pela cultura sindical hegemônica nos anos anteriores, o que vai progressivamente estabelecendo-o como *porta-voz* da reivindicação por Reforma agrária, ligando-o à representação dos trabalhadores rurais de forma legítima.

É neste contexto de contestação da CONTAG que o surgimento do MST ganha maior visibilidade, criando, com as ocupações de terra, fatos políticos. Esta prática, além de estratégia fundamental do movimento, torna-se fator fundamental na formação de uma identidade política para o trabalhador rural sem terra²⁴.

Segundo Santos, mesmo sendo incontestável certa competição entre os mediadores citados, não foram poucos os momentos no qual o conteúdo programático e a forma de atuação de ambos se aproximaram, isso possibilitou cooperações entre o sindicalismo contaguiano e o MST em alguns momentos.²⁵

Desta forma, a compreensão das posturas desses atores em alguns momentos dos debates da época irá esclarecer aspectos relevantes quanto à forma de atuação desses mediadores que visavam a representação dos trabalhadores rurais. A CONTAG pondo ênfase na questão dos grupos rurais de trabalhadores e na demanda por políticas públicas, e o MST como mediador de grupos sociais na luta por reforma agrária, mas, muito especificamente na luta por obtenção de terra.

Assim, procuraremos identificar e analisar, no contexto de redemocratização do Brasil da década de 1980, os processos relativos à forma de mediação e representação

²¹ Cf. SANTOS, Raimundo. Dois estilos de interpelação camponesa. In Raimundo Santos *et al.* (Org) *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

²² Conforme Mattos aponta o termo *novo sindicalismo* como relacional, reflexão possível de ser aprofundada com Elias e Habermas. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vívio de Leitura, 1998.

²³ O movimento de oposição sindical à CONTAG organizou-se, antes a criação da CUT, na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) que em sua primeira reunião, no ano de 1981, deliberou pela criação de central sindical unificada.

²⁴ Cf. TURATTI, Maria Célia Manzoli. *Os Filhos da Lona Preta: Identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

²⁵ SANTOS, Raimundo. Dois estilos de interpelação camponesa. In Raimundo Santos *et al.* (Org) *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

dos trabalhadores rurais que dão mais contornos aos dois atores. Centralizamos nosso interesse na compreensão da atuação da CONTAG para preservar a sua representatividade enquanto legítima e ao mesmo tempo identificar quais as diferenças entre a entidade e o MST que favorecem o movimento à ocupar o lugar de protagonista nos conflitos agrários no Brasil.

Realçando outro aspecto do nosso problema, para Martins, nos anos mais recentes a ampliação dos números de conflitos e a expansão do capitalismo no campo fez com que a base social desses movimentos se diversificassem muito se comparada com a dos anos 1960. Daí resultava também uma heterogeneidade de reivindicações que “envolvem interesses e concepções igualmente diferenciadas”²⁶ e que assim dificultam o trabalho dos mediadores que se propõem a interpretar a ação dos camponeses e trabalhadores rurais.

À CONTAG era exigida uma reformulação da matriz de ação que lhe havia conferido a representação dos trabalhadores rurais. Observam-se mudanças na forma de atuação da entidade, mas elas são parciais e insuficientes para que ela mantivesse sua condição de legítima representante dos trabalhadores rurais. A desatualização do repertório prejudicou as mudanças requeridas à CONTAG. Já o MST demonstrou alto poder de mobilização, alcançando visibilidade midiática e, finalmente a desapropriação de propriedades de terra. Deve-se destacar que, apesar de surgir diferenciando-se da organização sindical, o movimento mantém em evidência em seu nome a categoria *trabalhadores rurais*.

Alternativamente, esse movimento levanta uma pauta de demandas ampla, na qual a reforma agrária aparece como a principal bandeira, abrigando assim um grupo de desvalidos sem-terra, sem-trabalho, sem-direitos. Assim, é possível, supor que, devido à diversidade de perfis que constituem a categoria camponesa, o MST tenha se apresentado como um espaço, isto é o que pretendo estudar, mais representativo de organização de suas reivindicações. Suponho ainda que, por ter sido em parte originário do movimento de oposição sindical, e, talvez por não abrir mão da categoria trabalhadores rurais do seu nome, o movimento não obstante a sua vinculação com os grupos de pequenos agricultores, posseiros etc., não irá ignorar os assalariados rurais. Para se consolidar como representante eficaz dos trabalhadores rurais o movimento constitui um campo de atuação e padrão de agir (discurso e prática) que lhe dá muito poder mobilizatório.

5. Referências bibliográficas

- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis; Vozes, 1984.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1996.
- _____.Org. *O congresso nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ : Edur, 2010.
- ELIAS, Norbert. *Introdução a Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008..
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría y Praxis: estúdios de filosofia social*. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1987.
- _____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990.

²⁶ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p.11.

- HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e resistência democrática*. In.: Cadernos AEL, n 14-15. IFCH, Unicamp, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vívio de Leitura, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MOISÉS, José Álvaro. *Cenas de Política explícita*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- PALMEIRA, Moacir In.: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFF, 2011.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ROSA, Marcelo. *A forma movimento como modelo contemporâneo da ação coletiva no meio rural no Brasil*. In Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (orgs). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol II. A diversidade das formas de luta no campo. São Paulo: Ed da Unesp, 2009. Col História Social do Campesinato.
- SANTOS, Raimundo. *Dois estilos de interpelação camponesa*. In Raimundo Santos *et al.* (Org) *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.
- SIGAUD, Lygia. *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. In.: *Novos Estudos*, nº 58, novembro de 2000.
- _____. *A engrenagem das ocupações de terra*. In Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (orgs). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol II. A diversidade das formas de luta no campo. São Paulo: Ed da Unesp, 2009. Col História Social do Campesinato.
- TURATTI, Maria Célia Manzoli. *Os Filhos da Lona Preta: Identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.
- VELASCO ARROYO, Juan Carlos. *Orientar la accion, la significación política de la obra de Habermas (introduccion)*. In.: HABERMAS, Jürgen. *La iclusion Del outro. Estudios de teoria política*. 1999.
- VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A revolução Passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2ª edição, revista e ampliada, julho de 2004.
- _____. *Problemas de repertório, o barcelona e nós*. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 11 de janeiro de 2012.